

Desafios e possibilidades da igualdade de gênero no espaço escolar

Challenges and possibilities of gender equality in the school space

Hélio S. Azevedo

Submetido em: 15/08/2022

Aprovado em: 15/08/2022

Publicado em: 17/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.338

RESUMO

O presente trabalho tem como meta, abordar a igualdade entre os gêneros e como ela têm se desenvolvido na sociedade atual, realizando um panorama sobre como o Patriarcado influenciou esse conceito e como até hoje a realização de políticas públicas é importante para a resolução desta discussão nas salas de aula, mostrando como padrões de comportamento exercem influência nessas questões quando se fala em contexto escolar. Serão utilizadas como base, pesquisas bibliográficas, baseadas em textos de alguns autores, para que haja uma construção mais aprofundada a respeito do tema.

Palavras-Chave: Escolas; Igualdade de gênero; Patriarcado.

ABSTRACT

The present work aims to address gender equality and how it has developed today, performing an overview of how the Patriarchate influenced this concept and how to date the realization of public policies is important for the resolution of this discussion in the classrooms, showing how patterns of behavior influence these issues when talking in the school context. Bibliographic research will be used as a basis, based on texts by some authors, so that there is a more in-depth construction on the subject.

Keywords: Schools; Gender equality; Patriarchate.

1. INTRODUÇÃO

Questões de gênero estão sempre implícitas no cotidiano escolar, nos currículos, nas formações, na relação entre professores e alunos, na prática de educação do professor, o gênero geralmente é visto como um aspecto de relações sociais, a partir das diferenças que existem entre os sexos, mas também se faz muito presente em estratégias de poder, pode-se dizer, que há um processo de mudança no ambiente escolar em relação às questões de gênero. Existem hoje, políticas públicas de educação que contribuem para a redução da desigualdade, mas no sistema de ensino Brasileiro ainda é algo muito escasso, muitas pessoas passaram a entender o que ocorre, porém, poucas ainda tomam atitudes para essa mudança de papel, não impactando uma ação nas escolas e na própria vida dos indivíduos.

Para que se compreenda, porém, o fenômeno da desigualdade de gênero é preciso analisar também o conceito de patriarcado que ainda faz parte de nosso contexto atual, as sociedades patriarcais sustentam formas de controle em que os homens possuem vantagens sobre as mulheres, mesmo com as mesmas condições, portanto, o machismo é algo existente nas relações familiares, nos valores, comportamentos, escolas, igrejas, entre outros segmentos de nossa cultura. Nas estruturas familiares, o machismo é reforçado desde que se é criança, onde há um incentivo para meninos, a terem orgulho de seu próprio sexo, de exibi-lo, construindo-se um certo narcisismo, que fica praticamente nítido.

Por outro lado, com as mulheres adota-se uma postura mais conservadora, colocando-se em uma posição onde meninas devem ser recatadas, singelas e não possuir uma relação de afetividade com o seu próprio sexo. Para Bordieu (1999) o trabalho de reprodução esteve garantido, até à época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e das visões masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

São estereótipos mais definidos pela sociedade, portanto, difícil de serem reeducados totalmente dedicados totalmente, se trata de um processo, no sistema convencional, possui um apelo para que as estruturas machistas e repressoras possam continuar se repetindo ao longo dos anos. As novas formas de relação entre os sexos devem ser explicadas de

forma a educar as pessoas como sujeitos em si, reconhecendo-se diante da responsabilidade presente em sua existência.

A trajetória do feminismo foi, e ainda é permeada por confronto e resistências com aqueles e aquelas que ainda se utilizam de justificativas biológicas ou teológicas para marcar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres; e com aqueles que se utilizam de perspectivas marxistas para defender a centralidade da classe social para a compreensão das diferenças e desigualdades sociais. (MEYER, 2003).

Há uma luta por parte do feminismo, para romper as barreiras que constroem a desigualdade social, já que pessoas continuam com conceitos pré-estabelecidos a respeito da questão da igualdade de gênero, utilizando de explicações relacionadas à religião ou a questões biológicas para justificar essas diferenças. Os indivíduos enquanto homens e mulheres, utilizam-se das suas relações interpessoais para a construção de um processo histórico e social, sendo que elementos como o nosso corpo, o que nós comemos, o que usamos, nos rituais e a forma como lidamos como nós mesmos são agentes de cultura, a linguagem corporal é simbólica e assim reforçam-se as hierarquias, surgindo-se assim muitas perguntas a respeito da identidade, sobre os grupos a serem representados, o que sentimos, nosso tempo histórico e posições presentes em um sujeito.

As transformações que a cultura opera de forma global e na vida cotidiana relacionam-se à construção de nossas identidades sociais e, entre elas, identidades sexuais, de gênero e de geração. A centralidade da cultura na produção de nossas identidades e subjetividades envolve pensar como somos construídos num mundo de significações, por quais representações nos sentimos interpelados. (SOARES, 2008).

Durante a pesquisa será analisado, como a desigualdade de gênero é presente até hoje no ambiente escolar e as suas abordagens, os desafios e possibilidades que esse aspecto da sociedade influencia como essa luta pelos direitos das mulheres têm crescido e se tornado algo consistente, mas que ainda possui barreiras a serem rompidas.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar como a igualdade no contexto escolar vem sendo construída ao longo dos anos, suas abordagens, desafios e possibilidades.

2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma pesquisa em torno das dificuldades enfrentadas para a construção da igualdade nas escolas.
- Compreender como o conceito de patriarcado influencia atualmente os costumes do machismo.
- Entender como essas discussões sobre a igualdade dos sexos foi ganhando notoriedade nas políticas públicas.

3. JUSTIFICATIVA

A relevância do trabalho consiste em tornar conhecida a presença da desigualdade nas escolas ainda atualmente, compreendendo as mudanças que ainda precisam ser realizadas, opções e avanços relevantes para a introdução desse diálogo e uma compreensão mais aprofundada a respeito do tema.

4. METODOLOGIA

2

Para que um estudo concreto sobre o tema seja realizado, serão utilizadas pesquisas bibliográficas com um referencial teórico e fontes consagradas na área de educação, tendo como base: Artigos, livros, periódicos, entre outras obras. As abordagens metodológicas feitas serão de análise qualitativa e descritiva.

5. O GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

5.1 Estereótipos na fase infantil

O sexo é algo muito importante para as pessoas, quando uma mulher fica grávida, um dos maiores desejos dos pais é saber se será menino ou menina, a partir daí decidem-se muitas opções, como as roupas, a cor do quarto, brinquedos, entre outros acessórios que fazem parte do período de nascimento da criança, desde muito cedo há uma divisão entre homens e mulheres. Há ações que parecem ser naturais, mas que reforçam as questões relacionadas a gênero, como filas onde meninas ficam de um lado, meninos do outro, aulas de educação física onde meninos são colocados para jogar futebol e meninas para pular corda, os próprios brinquedos, onde os garotos possuem carrinhos e meninas cuidam de bonecas, casinhas etc. Para Escoura (2016) Os professores quando observam as meninas as idealizam como meigas e frágeis, já no caso dos meninos, os bagunceiros e briguentos, essas características são generalizadas e aplicadas aos alunos desde a educação infantil.

Existem comportamentos, atividades de interações sociais definidas explicitamente pela sociedade entre homens e mulheres, como o Ballet, por exemplo, uma atividade que é definida como própria das meninas, enquanto outros esportes de equipe como o futebol, são considerados masculinos e violentos demais para garotas. Perante os próprios alunos dentro das escolas, o papel social deles são impostos e reforçados, já que quando se observam comportamentos, padrões sociais diferentes daqueles observados, ocorre um estranhamento dentro de um grupo de colegas e uma discriminação quando o padrão definido pelos mesmos, ou seja, um garoto que não é tão masculino quanto os outros pode ser ridicularizado, ou uma garota que não possua um comportamento tão feminino, pode ser excluída do convívio de outras meninas da sua idade, entre outras questões.

As escolas fabricam sujeitos e produzem identidades de gênero de classe e sempre estão representadas através de relações de desigualdades, no qual não podemos deixar que isso ocorra, está aí uma das maiores e importantes missões da escola que é a interferência na continuidade das desigualdades dentro e fora do âmbito escolar”. (LOURO, 1997).

Meninos e meninas podem se diferenciar tanto em sua aprendizagem quanto na sua interação, isso tem muito a ver também com a formação docente, já que o aprendizado ou não de determinado conteúdo, o que eles irão enfrentar diariamente no contexto escolar, têm tudo a ver com essa formação.

5.2 A relação aluno e professor

A temática da igualdade de gênero ainda é pouco discutida nas escolas, por conta do sistema que torna as pessoas muito presas a uma série de regras e costumes pertinentes ao ensino escolar, comportamentos formais que dificultam que pessoas possam adquirir certo olhar crítico a respeito de determinados temas.

Conforme a Resolução CEB nº 02/99 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, em seu Artigo 5º, Inciso 2º postula que:

“Os conteúdos curriculares destinados à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental serão tratados em níveis de abrangência e complexidade necessários à significação de conhecimentos e valores, nas situações em que são construídos/reconstruídos por crianças, jovens e adultos”. (BRASIL, 1999).

3

Por isso, em 2006 criou-se o programa gênero e diversidade na escola que foi destinada aos professores da escola pública, para que possam ser orientados a respeito da diferença de pessoas que é muito presente em salas de aula, e intervir em algumas atitudes discriminatórias que possam vir a acontecer.

As discussões sobre infância e gênero praticamente não são contempladas na formação da professora de educação infantil e, quando estes conceitos são discutidos, não são tratados de forma articulada. Um primeiro mapeamento dos cursos de pedagogia mostrou que gênero não se constitui em uma categoria de análise nas disciplinas que compõem os currículos dos cursos de pedagogia, e que não são estabelecidos diálogos e intersecções entre infância, gênero e sexualidade. (DRUMMOND, 2010, p.6).

Raramente essas temáticas são discutidas na pedagogia, se torna algo muito restrito, por exemplo, a universidades, em disciplinas que são específicas e que ficam a cargo dos próprios indivíduos as procurarem, algo que não têm muito respaldo e que depende também de cada professor isoladamente se aprofundar sobre o assunto, comprometendo-se com a questão.

5.3 Dificuldades nas relações de gênero na pedagogia

Além do sistema e da falta de incentivo para um pensamento crítico dentro do ambiente escolar, há também uma certa dificuldade em se tratar de determinados temas como o gênero, pois pode gerar uma certa polêmica, opiniões divergentes e o risco de se causar uma exposição a alguns alunos, indisciplina e exclusão escolar também são problemas ocasionados por esse tipo de mudança. Portanto, é importante que o professor saiba lidar com essa questão de gênero para estar preparado também com essa diversidade de situações que podem ser geradas a partir de um tema complicado como este, um olhar social e crítico deve partir primeiramente deste profissional, para que depois se possa introduzi-lo aos estudantes.

A importância da posição dos educadores sobre a temática, pois os modelos de homem e mulher que as crianças têm à sua volta são decisivos, na construção de suas referências de gênero. O que nos faz pensar o quão importante e influente são os professores nas vidas e atitudes dos alunos. (ESPLENDOR, 2009).

Nestas condutas do educador, é preciso uma certa consciência para que a desigualdade de gênero não seja reforçada ao invés de diminuída e um estudo a respeito do tema, para que os professores possam esclarecer dúvidas e questionamentos que possam surgir durante um debate, por exemplo. Muitas vezes há um certo controle dos professores, em relação ao comportamento dos estudantes, as posturas com os alunos, isso parte não somente do educador em si, mas de toda a equipe escolar que deve estar preparada para prestar este suporte. Identificando comportamentos machistas, agressivos, de assédio que podem ocorrer a qualquer momento, muitas vezes professores podem nunca ter ouvido falar sobre esse assunto, sem conseguir entender realmente do que se trata.

Por isso, se torna uma função da gestão escolar, trazer profissionais e especialistas capacitados, para uma discussão junto dos professores, fazendo rodas de conversas, para que não haja constrangimento de nenhuma das partes durante a discussão presente em um debate, esse acompanhamento pode auxiliar os educadores a estarem mais preparados para os debates que podem vir a surgir. O esclarecimento de temas a serem trabalhados baseado no Projeto Pedagógico de uma escola, ações que precisam estar diretamente relacionadas aos profissionais de educação, porém, somente com o diálogo não se resolve uma situação, pois crianças terão dúvidas, questionamentos, indagações, por isso tirar e resolver as suas dúvidas se torna algo importante e pertinente neste caso, diante dos temas apresentados e que podem ser considerados tabus.

Os alunos, por menores que sejam já trazem uma bagagem de cultura, de conceitos, valores e opiniões, portanto, é válido que haja uma preocupação, uma percepção, o entendimento, e um trabalho diferenciado diante de cada aluno, quando diz respeito a assuntos que estão tão vigentes diariamente (VINHOLES, 2012, p. 01).

Um estímulo também muito presente na fase de educação infantil é com relação às brincadeiras a serem feitas pelos alunos, os tipos de brinquedos podem desenvolver habilidades que serão importantes para elas no futuro, até mesmo a sua aptidão profissional, se uma menina possui uma facilidade para lidar com blocos e construções pode-se dizer que têm chances de se tornar uma grande engenheira, ou se um menino consegue se divertir com bonecas, pode ter um bom relacionamento com as pessoas e até mesmo entender bem as mulheres. Sem que um não tome o lugar do outro, compartilhando dois universos distintos sem competições, já que segundo estudiosos, não existe gênero quando se fala em crianças.

Buscando questionar o fato “natural” de que meninos e meninas possuem papéis e comportamentos pré-determinados. Apresenta uma reflexão sobre a troca de papéis sexuais nas brincadeiras, fazendo uma discussão sobre os brinquedos considerados “certos” e “errados” para cada sexo. A análise se opõe às pesquisas que consideram que meninos e meninas demonstram comportamentos, preferências, competências, atributos de personalidade mais apropriados para o seu sexo, seguindo, desde bem pequenos, as normas e padrões estabelecidos”. (FINCO, 2013, p.01).

Segundo o autor algumas brincadeiras podem ainda reforçar a ideia da desigualdade de gênero, por isso uma atenção deve ser feita para não colocar punições e nem intervir quando alguma criança não estiver brincando ou fazendo algo que não é do seu gênero, por isso deve-se atentar a esses pequenos detalhes, a questão é que as coisas podem ir além do que uma simples brincadeira, podendo envolver também a sexualidade da criança, gerando uma confusão dentro de sua mente. Portanto, pais e educadores precisam saber lidar com essas situações para não prejudicar a formação das crianças, não colocando determinações para coisas de meninos ou coisas de meninas.

Deve-se lembrar, que homens e mulheres, possuem algumas diferenças, mas também inúmeras semelhanças, ocorrem tabus em torno dessa ideia, com a expressão por exemplo, de que meninos não choram, há uma falta de informação e um receio em torno disso por conta dos pais, a influência também do ambiente, das pessoas com as quais as crianças podem conviver, portanto não há nada de errado em relação às atividades e escolhas que as crianças fazem ao longo de sua vida, isso irá ajudá-las a construírem a sua própria personalidade. Poder proporcionar aos filhos, as chances de descobrirem quem eles mesmos são.

6. PATRIARCADO

6.1 Conceito e origem do Patriarcado

A família tem passado por muitas mudanças atualmente, sendo passível de alguns modelos onde valores tradicionais são rompidos e novas mudanças e formas de relação são construídas, porém, ainda existem valores do patriarcado que são muito presentes, que dificilmente irão mudar, pois fazem parte da moral e dos costumes das pessoas, daquilo que elas mesmas são e a forma como veem o mundo.

Foi no início da colonização do Brasil, que a partir das condições locais, que favoreciam o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. E associado aos diversos fatores, como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional se fez surgir uma sociedade do tipo paternalista. (SAMARA, 1998).

O conceito de família patriarcal está ligado a influência do homem sobre a mulher, onde a sexualidade do sexo masculino é estimulada, aceita como sendo superior, enquanto a da mulher é reprimida, criando-se uma submissão ao homem, portanto o pressuposto se torna o controle da sexualidade feminina, na qual se torna necessária somente para a procriação, para herança e sucessão de sua descendência, a mulher se torna então, uma figura dócil, submissa, sem opinião para questionar o seu marido. Porém, ela possui uma certa importância na criação de seus filhos, na sua educação, nos cuidados do lar, assumindo o controle como chefe, se por acaso o patriarca não estiver presente por algum motivo.

O patriarcado, base familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial, dava importância fundamental ao núcleo conjugal e à autoridade masculina, sendo função do patriarca, chefe ou “coronel”, dono do poder econômico e mando político. Ou seja, além de possuir o poder econômico, político, o chefe de família procurava exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos, e demais agregados sob sua tutela. É possível ver a imagem clarificada de mulher e filhos submissos e a de homem dominador. (apud Bruschini, 1993).

Até meados do Século atual, o modelo mais conhecido em nossa sociedade e predominante, era a da chamada família tradicional, com muitos traços presentes do patriarcado, onde o homem se torna o chefe da casa e por isso, o responsável pelos lucros a serem ganhos, o trabalho remunerado, exercendo uma autoridade sobre a sua mulher e os seus filhos, a mulher então se dedica ao trabalho doméstico e ao seu marido. A autoridade paterna se baseia então somente no conhecimento do pai, adquirido pelas suas vivências, experiências, encontrando soluções para os problemas que surgem em seu cotidiano, transmitindo-os aos filhos verbalmente, pelo saber aprendido em seu passado e ao longo de sua vida. No patriarcado, o pai era o único provedor da família, havendo as suas posições hierárquicas dentro de casa, no seu caráter institucional, representando a unidade doméstica.

Talvez a própria rigidez da divisão sexual do trabalho associada à dominação masculina tenha permitido a emergência dessas duas formas como modos alternativos de organização familiar. É característica dessa divisão sexual do trabalho a atribuição da responsabilidade pela casa e pelas crianças exclusivamente à

mãe: nesse sentido, ela favorece a constituição de uma área de atuação feminina relativamente autônoma, que tanto pode contrabalançar o poder paterno como ser integralmente esmagada por ele. (DURHAM, 1982, p. 38).

Após várias mudanças começarem a ocorrer no que diz respeito à organização social, fenômenos como a urbanização, a industrialização, os avanços tecnológicos, o consumismo e a presença muito grandes da mulher no mercado de trabalho, a sociedade então, passa a romper valores de família tradicional, onde as pessoas passam a buscar cada vez mais um individualismo e um imediatismo quanto às suas necessidades. Existe então, a busca pela igualdade dos indivíduos, onde no cotidiano não é somente a mulher quem cuida da casa, dos filhos, quem realiza as tarefas domésticas, começa a ocorrer uma divisão de atividades, onde o homem não é mais o responsável por tudo, a mulher passa também a ser a provedora financeira dentro da casa, as relações entre pais e filhos passa a mudar também, onde na maioria das vezes, as crianças passam também a não ter um contato principal com a mãe, mas também com o pai, o homem passa a ter uma relação mais direta com os filhos em alguns casos.

Família é um campo de estudos tradicional no Brasil e pode-se perceber que, ao longo dos anos, o modelo gilbertiano da família patriarcal cede lugar a outras formas de casamento onde, como assinala G. Velho, “o indivíduo é percebido como o potencial sujeito de sua existência, tendo na construção e desenvolvimento de projetos a possibilidade de realização de sua vida”. (PEIXOTO, 2007, p.25).

6.2 A influência do Patriarcado

Apesar de muitas transformações já terem acontecido, alguns traços do Patriarcado ainda são presentes em nossa sociedade atual, como a típica moral sexual, onde há uma repressão da sexualidade feminina e uma certa intolerância para com o adultério, por outro lado, as práticas sexuais masculinas são aceitas e até mesmo incentivadas. Ou seja, apesar da valorização da mulher, as questões de gênero ainda são muito intrínsecas, porém, a mulher passa a ser menos submissa ao marido dentro de um casamento, sendo mais moderna, porém não menos dedicada ao lar e a família.

Todas as sociedades contemporâneas têm alguma influência, do patriarcalismo, muitos relacionamentos marcados pela violência e dominação, possuem a sua origem na sociedade patriarcal, na Roma antiga, por exemplo, o homem podia controlar a vida e a morte das suas esposas, hoje, isso não é algo permitido, nem legalizado, mas ainda assim o número de mortes por feminicídio, violências, crueldades de todos os tipos ainda são praticadas, representando o quanto esse preconceito ainda é presente na sociedade.

É paradoxal esse modelo relacional uma vez que, apesar de ser conferido ao homem o ‘poder’, este por si só não é suficiente, necessitando ser garantido pela força física masculina. O poder como posição privilegiada de mando é compreendido aqui como exercício, possuindo um caráter relacional e disseminado por toda estrutura social. E onde há luta para a manutenção desse poder, há resistência. (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007, p. 40).

A violência ocorre no espaço doméstico, quando as mulheres passam a perceber a desigualdade existente dentro de casa, questionando os seus direitos e se voltando contra o homem, a partir daí, o homem não tolera a reação delas em contraponto a sua dominação, apesar desses conceitos sociais terem a sua base no patriarcado, a tolerância social já existe e ocorrem movimentos feministas fortes para prestar um apoio e solidariedade nesses casos. Porém, segundo Ardaillon (1984) se torna algo muito difícil que mulheres possam construir um universo próprio, para se opor aos homens, já que o homem ainda assim possui um papel de intermediador, portanto a ideia seria, uma concepção de relação mais igualitária, construída socialmente e coletivamente, ainda assim as posições de oposição perante os casos de violência, devem ser sanados envolvendo também as políticas públicas do Estado.

É certo, na sociedade atual, que ainda é regida por forte concepção patriarcal no que tange às questões de relações de gênero, vê-se claramente as crenças de dominação homem-mulher, do patriarcado, referindo-se ao plano individual, além de serem praticadas e reforçadas pelas instituições do Estado, como as políticas sociais e públicas, os sistemas de saúde pública, a economia e a própria sociedade. Portanto, é fato que as crenças individuais são influenciadas por toda uma concepção social, que representa estas mesmas crenças, o que não permite chance de uma oposição das mulheres a esta situação, e o uso da violência, se ocorrer tal reação. (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007).

7. POLÍTICAS PÚBLICAS

7.1 O espaço público e a igualdade de gênero

O espaço público pode ser considerado o principal ambiente de cidadania, onde se encontram debates em torno do planejamento e da execução de políticas sociais, cidadãos podem dessa forma opinar sobre assuntos que são de seu interesse. Nessa perspectiva o Estado deve proporcionar pluralidade e igualdade de oportunidades nas relações entre os gêneros, sendo assim ocorre essa discussão a respeito da cultura do feminismo, durante muitos anos as mulheres foram excluídas de decisões da sociedade, como do direito ao voto, ou a participação em grandes empresas e cargos políticos, questões que aos poucos foram sendo trilhadas e buscadas a cada dia para uma melhor inserção a todos os indivíduos de uma sociedade.

A perspectiva de gênero possibilita às mulheres a capacidade de propiciar protagonismo e autonomia, uma vez que, as próprias mulheres têm sugerido uma multiplicidade de propostas, programas e ações alternativas para os problemas sociais contemporâneos, derivados das opressões de gênero e de suas disparidades e iniquidades como: a injustiça, as violências, a pobreza, a ignorância e a insalubridade. (LAGARDE, 1996).

A IV Conferência Mundial das Mulheres que foi realizada em Beijing, no ano de 1995, foi um marco para o movimento, já que chamou muito a atenção para o tema da desigualdade de gênero, trazendo ao Estado a incorporação dessas perspectivas nas organizações e nas áreas de políticas públicas, para uma melhor condição de vida e o crescimento social de todas as mulheres. No contexto das políticas para as mulheres, os governantes devem se concentrar principalmente na Administração do Estado, no efeito positivo que as medidas a serem tomadas exercem para que ocorra uma melhora em relação às mulheres e o que se espera na democracia de gênero.

É preciso que se integre às temáticas dos homens e mulheres na esfera pública, delegando o mesmo grau de importância para eles, seja no âmbito familiar, político, social ou econômico, lutando para que haja um certo respeito de uns para com os outros. A democracia tem como finalidade atingir principalmente as relações hierárquicas e desiguais, enfrentando essas relações de poder que ocorrem entre os gêneros, seria uma mudança justa e contínua para o empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero.

A igualdade significa, romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, emancipação e pertencimento”. A reivindicação da igualdade como princípio normativo e como direito sustenta-se no princípio ético da justiça: não é justa a convivência na desigualdade, tampouco é justa a competência na desigualdade.

A equidade de gênero também está ligada às ações para possibilitar às mulheres, os instrumentos necessários para prepará-las para exercer cargos de grande responsabilidade, princípios éticos baseados na reparação, na equidade e na justiça, envolvendo medidas sociais, estatais e públicas, onde se encontram as necessidades básicas das mulheres.

O campo das políticas de igualdade de gênero é particularmente complexo e atravessado por múltiplos pontos de tensões, que dizem respeito à formulação de princípios, aos seus enquadramentos jurídicos e aos processos que lhe são devidos de intervenção. Neste sentido, é importante que as próprias mulheres, através de suas lutas decorrentes de movimentos sociais, de suas representantes na esfera política possam propor e, sobretudo, cobrar políticas públicas que estejam voltadas para a equidade de gênero. (LAGARDE, 1996, p.209).

7

Para que essas políticas públicas sejam implantadas é necessária uma preparação por parte dos agentes públicos, o entendimento analítico que embasa essa questão, sendo que a garantia e a perspectiva da igualdade de gênero, percebe a governabilidade e a perspectiva da igualdade de gênero se assegura na vontade e na decisão política, na incorporação com a prática dos gestores, além da disseminação de novos valores culturais e políticos. Pela complexidade que envolve essa questão, se torna necessário que se debata a igualdade e a equidade, com debates que ressaltam a importância do direito para todos.

7.2 Políticas para as mulheres

O Século XXI pode ser considerado o Século das mulheres, porém ainda se trata de um objetivo que demora um pouco para ser alcançado, quando se fala em equidade de gênero, ocorre também um fenômeno chamado feminização da pobreza, onde 20 milhões de mulheres a um nível Internacional vivem abaixo dos limites da pobreza, sofrendo violências, explorações, migrando de um lugar para o outro em busca da sobrevivência e a garantia dos seus direitos. As decisões públicas acabam afetando diretamente as mulheres, já que são vítimas de imposições e preferências masculinas, apesar de serem feitas para as mulheres, elas tendem a perpetuar o papel da mulher como reprodutora social, na educação dos filhos, cuidados domésticos, convivência familiar, enfim, ideias que favorecem o sistema capitalista.

As políticas de gênero, ultrapassam os conflitos entre homens e mulheres, mas influenciam as desigualdades sociais produzidas culturalmente sobre as pessoas, envolvendo as negociações e relações interpessoais que permeiam o tema, a subjetividade feminina que é um dos componentes para a condição de um sujeito, de sua identidade. Não existe uma posição contrária às políticas públicas, mas um reconhecimento de que elas ao focar apenas na figura da mulher direcionam apenas para elas as suas ações, não percebendo muitas vezes, as necessidades de usuários para que haja uma resolução para as situações. As políticas de segurança, por exemplo, que são voltadas a violência contra mulher, focam-se muitas vezes no atendimento à vítima, mas se exclui do atendimento ao agressor, nesse caso, o problema não se resolve definitivamente, mas até o momento em que a mulher irá retornar novamente com a mesma demanda.

Portanto, as políticas específicas para as mulheres, não excluem as questões de gênero, no caso das políticas de gênero, quando são colocadas como homens e mulheres, reconhecem a relação entre diferença e igualdade, algo que não tem a ver somente com a distribuição de bens, mas com uma participação mais ativa da mesma na sociedade.

A interlocução entre mulheres em se tratando de igualdade de oportunidades exige uma maior consciência das desigualdades sociais e culturais que separam as mulheres e a adoção de medidas conscientes das diferenças e de redistribuição de recursos e oportunidades. (HENRÍQUEZ, 1996).

Relações de gênero atuais exigem novas formas de políticas públicas, que incorporem a equidade de gênero, neutralizando a violência, um dos espaços que mais contribui para essas propostas são os conselhos dos direitos, ou os Conselhos dos Direitos das Mulheres, no nível Municipal, Estadual e Federal. Na Constituição de 1988, os Conselhos passaram a possuir uma finalidade de controlar políticas públicas, uma conquista pela democratização e universalização dos direitos. Segundo a Secretaria do Estado da Mulher (2008):

As principais atribuições dos Conselhos de Direitos das Mulheres são: propor políticas, planos, programas e projetos relacionados à questão da mulher nos aspectos econômico, social, político, cultural, jurídico, com vistas a assegurar condições de igualdade; estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das políticas executadas pelo município, observadas as recomendações das convenções e conferências nacionais e internacionais; formular e acompanhar a Política Municipal de Direitos da Mulher; acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município.

Se trata principalmente de uma política de Estado, onde todos os governos democráticos devem estar comprometidos, por isso a importância da igualdade e do respeito às diferenças:

8. CONCLUSÃO

8 Durante a pesquisa foi possível perceber o quanto as questões de igualdade de gênero se relacionam com o atual panorama de nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres, foram marcadas durante muito tempo pela presença muito forte do Patriarcado na sociedade, um modelo de cultura onde o homem exerce a dominação sobre o seu lar, mulheres no início não possuíam direitos, elas sofriam diversos tipos de abusos sem ter aonde recorrer, mas aos poucos essas barreiras foram se rompendo e esse quadro foi mudando.

Hoje, a evolução das mulheres já se tornou algo bem presente, nas questões políticas, empresariais, não se pode dizer mais que elas apenas cuidam das tarefas domésticas, muito pelo contrário, atualmente mulheres trabalham fora, cuidam das questões financeiras da família, enquanto o homem passou a exercer muitas funções que eram consideradas específicas da mulher, como cuidar da casa, dos filhos, se relacionar com a sua família, perdendo o conceito tradicional

de ser o provedor da casa.

Nas salas de aula, já existem professores e especialistas que abordam este tipo de assunto, mas possuem restrições, a desigualdade e os padrões de comportamento ainda estão presentes nos modelos estudantis e precisam passar por reformulações para que possam ser mudados e desenvolvidos conforme o passar dos anos.

Mas ainda existem questões muito pertinentes quando se fala em igualdade de gênero, já que a violência contra mulher, apesar de já ser proibida por lei, ainda acontece em extrema quantidade, devido ao preconceito, ao machismo, aos costumes herdados do Patriarcado que ainda exercem influência, porém, mais do que isso, se torna um fator decisivo à inserção de políticas públicas que sejam mais pertinentes aos quadros atuais.

Além da legislação e de políticas públicas pertinentes, é fundamental para a igualdade entre os gêneros e a redução da violência, uma mudança de mentalidade, que começa com discussões, debates, exigências feitos pelos próprios grupos feministas que têm tido um papel importante nesses casos, por isso, o machismo e a desigualdade de gêneros, não é um tema simples e que possui uma resolução concreta, mas que ainda precisa de muitos estudos a respeito do mesmo, lutas constantes e um papel mais presente do Estado.

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. Novos estudos, V. 2, São Paulo: CEBRAP, 1984.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução CEB nº 2*, institui diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal. 1999.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A, GUERRA, V. N. A. (org.). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez Ed, 1993.

DRUMOND, Viviane. É de menina, ou de menino? Gênero e sexualidade na formação da professora de educação infantil. 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6696307-E-de-menina-ou-de--menino-genero-e-sexualidade-na-formacao-da-professora-de-educacao-infantil.html> Acesso em: ago. 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e Casamento. Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1982.

ESPLENDOR, Elizabeth Vieira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maria. *Condutas pedagógicas sobre as questões de gênero na escola*. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2274-8.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FINCO, Daniela. *Infância, cidadania e igualdade de gênero – desafios para a educação infantil*. Santiago - Chile. 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_FincoD.pdf Acesso em: ago. 2022.

HENRÍQUEZ, Narda. La equidad de género en una nueva generación de políticas. Encrucijadas del saber. Los estudios de género en las Ciencias Sociales. Pontificia Universidade Católica del Perú. p 213-230. 1996.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. A construção dos papéis de gênero no ambiente escolar e suas implicações na constituição das identidades masculinas e femininas: Uma dinâmica de relação de poder. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Pontificia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas Públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. São Paulo, 2010.

LAGARDE, Marcela. Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia. Madrid, Horas & Horas, 1996.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais*. São Paulo: Revira Volta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, D. E. Gênero e Educação: Teoria e Política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate Contemporâneo na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, A. P. G, CAVALCANTI, V. R. S. Violência Doméstica na Perspectiva de gênero e Políticas Públicas. *Rev. Brás. Crescimento Desenvolvimento Humano*, 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Prefácio – As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. *O Patriarcado presente na contemporaneidade: Contextos de violência. Fazendo gênero, corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2011.

SAMARA, E.M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER – Governo do Estado do Maranhão. *Cartilha de Orientação para criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres*. 2008.

SOARES, R. *Pedagogias Culturais Produzindo Identidades*. In: *Educação para a Igualdade de Gênero*. TV Escola. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. *Proposta Pedagógica*. Ano XVIII – Boletim, 26 – nov. 2008.

VINHOLES, Aline. *Gênero e identidade: reflexões sobre o contexto escolar*. 2012. Disponível em: http://www.portalanped-sul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_42_15_2216-6670-1-PB.pdf Acesso em: ago. 2022.